



PROGRAMA  
HISTÓRIA  
ORAL

---

DESEMBARGADOR  
NÍVIO GERALDO  
GONÇALVES



## ENTREVISTA CONCEDIDA PELO DESEMBARGADOR NÍVIO GERALDO GONÇALVES AO PROGRAMA HISTÓRIA ORAL DO TJDF

**N**ívio Geraldo Gonçalves nasceu em Rio Pardo de Minas – MG – em 08/07/1941, filho de José Gonçalves de Oliveira e Antonieta Caldeira Gonçalves. Concluiu o curso de Direito na Faculdade Federal de Juiz de Fora (MG), em 1967. Trabalhou como advogado em Montes Claros (MG) de 1967 a 1979, onde também foi Assessor Jurídico da Associação Comercial e Industrial e Procurador-Geral da Prefeitura da Cidade. Em 1971, deixa a advocacia para se dedicar aos estudos para concursos, com aprovação para o cargo de Promotor de Justiça do Estado do Espírito Santo. Em 1979, é aprovado para cargo de Juiz Substituto do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, com posse e exercício em 26 de setembro desse ano. Em 31/10/1980 é promovido por merecimento a Juiz Titular, assumindo a Vara Criminal do Gama. Em 1982, assume a Vara da Infância e da Juventude, então Vara de Menores, na qual perma-

neceu até ser promovido ao cargo de Desembargador, em 14/02/1992. Na 2ª Instância do Tribunal, atuou na 1ª e 3ª Turma Cível e na Câmara Cível. Dentre os cargos de direção do TJDF que ocupou estão os de Presidente (2008-2010), de Vice-Presidente e de Corregedor do Tribunal de Justiça. Também foi Presidente (2004-2006), Vice-Presidente e Corregedor (2002 a 2004) do Tribunal Regional Eleitoral – TRE. Enquanto presidia o TJDF, assumiu interinamente o Governo do Distrito Federal, em setembro de 2009, atendendo a determinação da Lei Orgânica do DF, em razão da ausência do então Governador e do Vice-Governador. Em março de 2011, aposentou-se no cargo de Desembargador, agradecendo a todos os “desembargadores, juízes, membros do Ministério Público, advogados e servidores” pela colaboração prestada na “execução da árdua e sublime tarefa de julgar”.<sup>1</sup>

**1** Desembargador Nívio Gonçalves por ocasião de sua aposentadoria. Acesso: <http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/discursos/2011/desembargador-nivio-goncalves-por-ocasio-de-sua-aposentadoria>

Conferencista renomado em todo o Brasil, Nívio Geraldo Gonçalves recebeu, ao longo de sua carreira na magistratura, inúmeras condecorações e títulos, entre eles: Grão-Mestre da Ordem do Mérito Brasília (1990); Personalidade do Ano de 1992 no Norte de Minas (Montes Claros), concedido pelo Jornal “O Hoje em Dia”; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios (2000) e a comenda “Proteção Integral 2003”, concedida pela Vara da Infância e da Juventude do DF (2003). Nívio Geraldo Gonçalves, que foi professor de Direito Penal na Faculdade do Norte de Minas e escreveu, em parceria, os livros Conselho Tutelar, Justiça da Infância e da Juventude e Liberdade Assistida, além do livro Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente, além de inúmeros artigos publicados em revistas especializadas. Casado com Maria Zélia, o Desembargador é pai de quatro filhas.

### **Desembargador Natanael Caetano Fernandes**

Desembargador Nívio, nós estamos promovendo, um ciclo de palestras, de entrevistas, com colegas do Tribunal de Justiça para assegurarmos que essa história se torne memória e que nós tenhamos sempre uma memória do Tribunal. E para isso, a pedido, por designação da Desembargadora Carmelita (Brasil), eu estou fazendo parte dessa Comissão para entrevistar os colegas, funcionários antigos do Tribunal, que possam trazer alguma coisa da história do Judiciário local para posteridade, porque nós passamos, a vida passa e é preciso que a memória fique. Então, hoje eu tenho a honra, o prazer, de entrevistar o amigo, o colega de turma. Sei da sua história muito bonita e longa no Tribunal de Justiça, da sua vida como magistrado e da vida que a antecedeu, como advogado no interior de Minas (Gerais). Então, nós gostaríamos – nós da Comissão, e eu estou falando agora em nome dela e não mais no meu

– que o ilustre colega fizesse um resumo da sua vida até o seu ingresso na magistratura: o que o levou a vir para o Distrito Federal? O que o levou a deixar uma advocacia exitosa, como tinha em Minas, para ingressar na magistratura do Distrito Federal? Enfim, uma mudança radical na história da vida: de advogado para magistrado. Brillhou em ambas, eu sei disso. Gostaria, então, que o ilustre colega fizesse um resumo da sua biografia, por favor.

### **Desembargador Nívio Geraldo Gonçalves**

Inicialmente quero cumprimentar Vossa Excelência, Desembargador Natanael Caetano, que sempre foi um baluarte neste Tribunal. Quero cumprimentar também a iminente Desembargadora Carmelita Brasil, nossa 1ª Vice-Presidente, aqui presente. Quero dizer que nasci em Rio Pardo de Minas (MG) e, aos três anos de idade, fui morar em Montes Claros, também Minas Gerais. Depois de fazer os cursos necessários, ingressei na Faculdade de Direito de Belo Horizonte – UFMG, na qual, cursei o 1º ano. Quando estava para entrar de férias, em Belo Horizonte, meu chefe no Instituto Brasileiro do Café, onde eu trabalhava, convidou-me para passar um ou dois anos em Juiz de Fora, onde eu seria chefe de serviço. Como os vencimentos chegavam a mais de 200% de aumento, eu resolvi ir para Juiz de Fora, com o propósito de ficar um ou dois anos lá, e regressar para Belo Horizonte, como disse, onde completei o primeiro ano da Faculdade de Direito – UFMG.

Chegando a Juiz de Fora, fiquei muito bem impressionado com a Faculdade Federal de lá, pois, em Belo Horizonte, eu frequentava o curso à noite – com oitenta alunos – e, na Faculdade de Direito Federal de Juiz de Fora, eu passei a frequentar o curso na parte da manhã e nós éramos 19 alunos. Pretendia,

como disse, passar um ano ou dois anos – por que dois anos? Porque com dois anos eu voltaria para Belo Horizonte com essa chefia que me foi dada por meu grande chefe, José Leal. Mas a surpresa apareceu! Conheci Maria Zélia de Carvalho, que fazia também Direito, e resolvi não mais voltar a Belo Horizonte, comunicando o meu chefe – grande homem, meu verdadeiro protetor, Dr. José Leal. Fiz do segundo ano ao quinto em Juiz de Fora. Formei-me, voltei para Montes Claros, onde residiam meus pais, e lá comecei a advogar. Eu gostaria de informar a Vossa Excelência algo que entendo um pouco interessante: eu não pretendia fazer Direito. Eu tinha estudado um ano, feito cursinho para fazer Engenharia. Então, meu primo, Clóvis Augusto de Freitas, que se formou com o Ministro Pentece, procurou-me e falou: “Nívio, eu estou formado... A nossa família toda faz Direito, eu vou para Montes Claros. Depois posso lhe ajudar lá. Faça Direito, rapaz!”. Eu falei: “Mas moço eu me preparei um ano para fazer Engenharia, não tem nada de Direito... Não sei as matérias”. Ele disse: “Eu vou lhe dar umas aulas.” Ele me deu umas aulas e eu resolvi fazer Direito. Fiz o vestibular e quando saiu o resultado eu fui à Faculdade e fui procurando meu nome, Nívio. Quando chegou no último lugar, oitenta, estava lá: Nívio Geraldo Gonçalves. Fiquei muito alegre, como se tivesse passado em 1º lugar. Mas, formado, fui advogar em Montes Claros. Em Montes Claros eu fui muito bem acolhido. Tornei-me advogado da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros, por meio de concurso, no qual Zélia me ajudou muito, pois, quando o jornal publicou o concurso para

Associação Comercial, eu lá compareci e notei que já havia 26 advogados inscritos para uma só vaga. Eu disse a Zélia: “Não vou fazer porque não tenho a menor chance”. Ela, sempre me dando o valor que não mereço, disse-me: “Nívio, esses advogados aqui são todos advogados de muitos anos você saiu da faculdade agora, fez um bom curso. Eu acho que você deveria fazer porque essa vaga é sua!” Eu resolvi fazer e a minha protetora, não só Maria Zélia, como Nossa Senhora Aparecida, fez-me passar em primeiro lugar e ocupei o cargo de advogado da Associação. Fui professor da Faculdade de Direito do Norte de Minas, na cadeira de Direito Penal e como cheguei a essa Faculdade?

Após o término de uma audiência com o Juiz Abel Machado de Miranda, ele me convidou para substituí-lo na Faculdade de Direito, na matéria de Direito Penal, porque ele dava aula de Direito Penal e Direito Civil e estava muito assoberbado e queria que eu o substituísse. Sinceramente, Desembargador Natanael, para mim foi uma surpresa muito grande e agradável.

Há pouco eu tinha ingressado com um *habeas corpus*, com frases duras, criticando veementemente a maçonaria, o poder da maçonaria no Norte de Minas, porque tinha determinado a apreensão de um veículo – cheio de gado Nelore – de propriedade do meu cunhado e tinha prendido o motorista dele porque derrubou um fio de luz elétrica em Montes Claros. Fui ao Delegado Regional, Dr. Lindolfo, e ele me disse que não iria liberar nem o carro, nem o motorista do meu cunhado porque o chefe da maçonaria havia determinado que ele apreendesse não só o carro, como (também) prendesse o motorista. Isso me revoltou. (Eu) muito jovem, entrei

com o *habeas corpus*, como disse, com palavras duras, criticando veemente a magistratura, ou melhor, o poder da maçonaria no Norte de Minas; este *habeas corpus* caiu para Abel Machado de Miranda, grande juiz, mas um marçom de primeira grandeza, era grau trinta e oito na época. Então, quando ele me convidou para substituí-lo, para mim, foi uma surpresa porque eu achava que ele não tinha boa vontade comigo, não gostava de mim. Foi uma surpresa agradável, porque se tratava de um juiz muito culto; chegou a Desembargador, foi revisor do nosso querido Desembargador Professor Humberto Teodoro Júnior e brilhou no Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Como advogado no Norte de Minas, eu também fui Procurador-Geral da Prefeitura. Uma época difícil em que se agia com o AI-5 na mão, e naquela época eu tive de fazer a defesa do prefeito em nada menos que oitenta e três inquéritos com a CGI em cima. E fomos felizes. Como Vossa Excelência sabe, no interior de Minas Gerais, cidade relativamente pequena, na época 100.000 habitantes, eu advogava em todos os ramos do nosso Direito: Direito Civil, fazia muito possessórias; atuava muito em divisão; fazia alguns inventários e advoguei muito no Tribunal do Júri. Tenho lembrança de alguns casos, foram setenta e três júris, vou só contar dois: numa ocasião fui contratado por um grande fazendeiro para defendê-lo. Ele havia mandado matar o vizinho. Por quê? Porque o vizinho não queria vender as terras para ele, meu cliente. Bem, contratou pistoleiro de Epocoranga<sup>2</sup>, que assassinou esse vizinho. O pistoleiro foi preso, em flagrante, logo depois de cometer o assassinato e contou tudo...

---

2 Espírito Santo.

## Desembargador Natanael Caetano Fernandes

Quem mandou...

## Desembargador Nívio Geraldo Gonçalves

Quem mandou, por quê, tudo direitinho. Fui contratado para defender esse grande fazendeiro, acompanhei inquérito, etc. Quando chegou o dia do júri, houve uma reunião na casa do Prefeito, Dr. Marcolino Barbosa, e lá estava o meu primo, que é médico em Janaúba<sup>3</sup>, até hoje, e eles comentando esse fato, porque era cidade pequena, envolvendo fazendeiro muito rico. E todo mundo falava: "Fulano vai ser condenado com pena máxima!" Todo mundo (falou). Então, o Prefeito, Sr. Marcolino Barbosa, virou-se para eles e falou: "Mas quem é o defensor desse réu?" O Rômulo, que é meu primo, falou: "Ah! É o Nívio, Marcolino!" Ele: "Não sei como, mas esse homem está absolvido". E não sei como, com a ajuda do bom Direito, realmente esse réu foi absolvido. Tive outro caso de repercussão, não em Janaúba, mas em Monte Azul<sup>4</sup>. Um fazendeiro também, titular de cartório, muito abastado, ao ver uma pessoa que foi esquentar uma mandioca e pôs fogo no seu pasto, resolveu ir até essa pessoa, com duas outras pessoas, ou seja, seus empregados; levou essa pessoa para a sede da fazenda, lá a obrigou a beber um litro de pimenta malagueta com óleo e depois de espancado, morreu. A vítima morreu. Bem, esse homem muito importante ficou aquilo no ar... Então o DOPS tomou a frente, prendeu o titular do cartório – que matou a pessoa

---

3 Cidade do Norte de Minas Gerais.

4 Município do Norte de Minas Gerais.

– e o levou para Belo Horizonte e levou nove testemunhas também para serem ouvidas em Belo Horizonte.

Nesse íterim eu fui contratado para defender esse titular do cartório e fazendeiro. Imediato, entrei com *habeas corpus*. O Tribunal de Minas, um grande Tribunal muito técnico, liberou o meu cliente. Essas testemunhas – que foram ouvidas em Belo Horizonte – tinham dado a versão correta: o espancamento e o litro de pimenta. Quando chegamos a Monte Azul, todas as testemunhas foram ouvidas e (o acusado) acatou a defesa, ou seja, disse que tinha assinado aqueles depoimentos já preparado pelo pessoal do DOPS e acatou e levou ao conhecimento do juiz – que na época ficou muito bravo da tese da defesa. Conclusão: esse juiz saiu e o nosso conhecido João de Assis Mariosi foi ser juiz em Monte Azul e absolveu esse réu, por incrível que pareça, por homicídio culposo. Então, isso foi alguma coisa da nossa advocacia.

O João de Assis Mariosi – nosso querido Desembargador e que foi presidente deste Tribunal – foi juiz em Monte Azul e eu participei de vários júris sobre a presidência dele e um me chama a atenção, depois eu passarei à magistratura. Chegando para fazer um inventário, de manhã, o Dr. João de Assis Mariosi, então juiz de Monte Azul, me chama e fala: – “Nívio eu quero que você faça um Júri hoje”. Eu: ‘Eu, Doutor, não é possível?’ Ele: “Não, está marcado para hoje; é de grande repercussão. O advogado se afastou agora, tenho a petição, porque está sendo ameaçado de morte. E você vai fazer

esse Júri.” Li rapidamente o processo ali e fomos participar do Júri.

Inicialmente eu fiquei preocupado porque foram sorteados sete jurados, quatro mulheres e três homens e (o caso) envolvia o assassinato de uma mulher por adultério. Depois que fizemos a defesa, falando objetivamente dizendo que as mulheres dignas de Monte Azul jamais iriam matar um homem que matou uma mulher indigna; como promotor tinha dito que era possível a legítima defesa de um palmo de terra, como não era possível a legítima defesa da honra? Em síntese, foi absolvido o réu e por um placar até bom, seis a um. Pedi ao João de Assis Mariosi o alvará de soltura e ele chegou ao gabinete: “Nívio, não, não vou liberar esse homem agora. Você pode ficar com o alvará de soltura, mas só vou liberá-lo de madrugada. Se não eles matam (o réu)”, porque a família da mulher era de fazendeiros e muito importante em Monte Azul. Enfim, por curiosidade estou levando a conhecimento de Vossa Excelência e desse projeto maravilhoso um resumo da minha vida como advogado. Vamos passar agora à magistratura, porque...

### **Desembargador Natanael Caetano Fernandes**

Dr. Nívio, interrompendo... Mas sei que antes de vir para Brasília, de ingressar na magistratura, o senhor era um comerciante próspero lá em Monte Azul. Tinha uma revenda de automóveis, tinha muitos carros no pátio. O que o levou a deixar essa vida sólida lá de Montes Claros para ingressar na magistratura?

### **Desembargador Nívio Geraldo Gonçalves**

Na verdade, Desembargador Natanael, era uma pequena revenda de veículos, minha e do meu irmão. Eu tinha

70%

e ele 30%. Mas o comércio local não dava muito lucro... Dava lucro, mas não... Eu auferia mais lucros era na defesa daqueles criminosos cruéis.

No início, eu me sentia muito bem: era muito jovem, terminava o júri havia uma festa na fazenda do réu absolvido e a figura principal era o advogado da defesa, aquela coisa, aquela festa maravilhosa. Mas com o correr do tempo, nós vamos envelhecendo e vendo que defender assassinos cruéis, levar – permite o Direito, como nós sabemos – inverdade para dentro dos autos, como permite a Ética do Direito, aquilo já estava pesando na minha consciência. E a maior renda que eu tinha era nos júris, eu fiz 73 júris. Resolvi passar, entregar todo esse comércio de veículos para meu irmão e na [miséria] resolvi fazer (concurso para) magistratura. Fiz o concurso do Espírito Santo e aqui. Felizmente, com a ajuda dos seres supremos – eu sou muito católico –, eu passei não só lá, como aqui. E assumi a magistratura daqui, justamente porque para o advogado criminalista – no meu sentido – chega uma época em que ele sente a consciência pesada de levar tanta inverdade para os autos – o quê, repito, é permitido pelo nosso Direito. Então, resolvi fazer (o concurso) e achava muito bonita, bela, conheci vários grandes juízes, achava bela a magistratura. Fiz no Espírito Santo, para Promotor, e fiz aqui para Juiz. Felizmente passei em ambos e tomei posse aqui. Fui Juiz Substituto da Terceira e Sétima Varas Criminais; fui substituto do grande Juiz José Manoel Coelho, na Vara de Menores – hoje Vara da Infância e da Juventude; fui para o Gama instalar a (Circunscrição Judiciária do) Gama, com o Lécio. Na época os juízes (diziam): “Não, não vamos para o Gama, nossos colegas, porque fiz concurso para aqui, para o Distrito Federal. Para quê nós vamos instalar o Gama?”. E o Lécio e eu, confabulando, resolvemos ir instalar o Gama. Fui para Vara Criminal no Gama, da qual

gostei muito, e fui tão feliz que, antes de completar os dois anos para adquirir a vitaliciedade, eu fui promovido a Juiz Titular. Todos nós sabemos que exige não só a LOMAM<sup>5</sup>, como a Constituição, dois anos para se tornar vitalício, mas não havia nenhum juiz com dois anos. Fui agraciado, fui promovido antes de dois anos na magistratura a Juiz Titular. Permaneci na Vara Criminal do Gama. Depois com a saída do José Manoel Coelho, fui para Vara de Menores – hoje Vara da Infância e da Juventude – e lá fui muito feliz, talvez os anos mais felizes de minha vida. E de passagem, vou contar algo que ocorreu comigo lá: um jovem de família abastada, aqui do Distrito Federal, de Brasília, com dezesseis anos, fugiu com a namoradina – também de família importantíssima até hoje em Brasília – de 23 anos de idade. Depois daquele processo todo, determinei a apreensão deste rapaz. Na reação, advogados bons, etc., mas ao interrogá-lo, ele por ser de família importante, inclusive o pai dele seria Governador do Distrito Federal, se não tivesse alguma coisa contra ele na época; eu resolvi, depois do interrogatório, de uma prova maciça, de que fazia bobagens, usava droga, etc., e muito autoritário, ríspido, eu determinei a apreensão dele; determinei à Delegacia de Menores. No terceiro dia, o advogado me trouxe uma carta dele, dizendo que queria conversar comigo, sabia que tinha sido deseducado, etc., e foi a nossa presença, com a presença do Curador de Menores, inclusive Dr. Adilson, saudosa memória. Depois de muito tempo, ele falou assim: “Doutor, meu pai me propôs, e eu aceito, estudar nos Estados Unidos”. Falei: “Libero a sua

---

5 Lei Complementar n. 35, de 14 de março de 1979 ou Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

passagem e mando o pessoal nosso lhe acompanhar até o avião”. Ele foi então para os Estados Unidos, fez Engenharia lá. Voltou, passou a morar no Rio de Janeiro e, quando marcou o casamento, mandou-me um convite com um bilhete, dizendo que aquela apreensão dele havia lhe feito muito bem e que me queria no casamento, e eu fui ao Rio assistir ao casamento.

### **Desembargador Natanael Caetano Fernandes**

Reconhecimento dele, não?

### **Desembargador Nívio Geraldo Gonçalves**

Depois disso, fui promovido, por merecimento, ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal, em 1992, para minha alegria e da minha família. Fui muito bem recebido, inclusive pelo senhor. Fiz uma amizade muito grande com Vossa Excelência, que sempre me distinguiu e dedicou a minha pessoa e a minha família uma amizade fabulosa, um apoio, até mesmo uma proteção – porque já era juiz tarimbado, de cultura conhecida, e eu lá do Norte de Minas, um advogadozinho do Norte de Minas. Fui promovido a Desembargador, uma época muito boa também da minha vida. Tive o prazer e a honra de ser Vice-Presidente, Corregedor e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral (do Distrito Federal), sempre com o apoio de Vossa Excelência e dos demais Desembargadores. Ocupei a Corregedoria do nosso Tribunal, TJDF, e tive a honra e o prazer de ser Presidente deste Egrégio Tribunal, desse melhor Tribunal deste país, época em que foi

inaugurado este espaço (Memorial TJDF) que todos nós vemos, maravilhoso.

### **Desembargador Natanael Caetano Fernandes**

É verdade. Desembargador Nívio, nesse período todo, em que inclusive foi Juiz de Menores e teve participação em fatos interessantes como esse que acabou de contar, do engenheiro, que se tornou engenheiro. Parece que o Juizado de Menores na época era a única Vara de Menores do Distrito Federal. Isso não trazia muitas dificuldades para o exercício da judicatura naquele Juizado, Desembargador?

### **Desembargador Nívio Geraldo Gonçalves**

Desembargador Natanael, no início sim, não por esse motivo, mas porque tínhamos a competência toda do Distrito Federal e as instalações eram muito acanhadas. Mas eu resolvi procurar na época o Ministério da Fazenda e encontrei lá um homem muito amante da área social, que trabalha em um ministério e era assessor de Delfim Netto<sup>6</sup>. A esse homem, eu levei um projeto para a então Vara de Menores e ele forneceu verba para tudo, inclusive contratação de pessoal, que na época – eu me lembro como hoje, e Vossa Excelência também se lembra –, no Juizado nós tínhamos dezoito servidores para todo Distrito Federal. Com

---

<sup>6</sup> Antônio Delfim Netto, economista, professor, político e articulista, foi Ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento durante o regime militar brasileiro, entre 1967 e 1985; e Deputado Federal, entre 1987 e 2007.



a ajuda desse homem, Frederico Bastos<sup>7</sup>, nós implantamos uma estrutura muito boa na então Vara de Menores. Contratamos Assistentes Sociais, trinta; trinta Psicólogos e trinta Pedagogos, que faziam estudos de caso, as três, (cada grupo) era formado por três pessoas, cada um de sua área e forneciam parecer no máximo em 48 horas. Esse senhor, Frederico Bastos, ajudou-me tanto que a Vara de Menores da época passou a contar com uma estrutura muito boa, atendendo a contento todo o Distrito Federal.

Vou contar uma história de que não estava me lembrando, mas Vossa Excelência fez essa pergunta e eu me lembrei. No final do ano, quando eu já havia recebido muitas verbas por meio do Dr. Frederico Bastos, de quem eu tenho uma saudade imensa porque já faleceu, ele foi Presidente do TCDF... Eu fui lá visitá-lo e pedi uma audiência. Depois fiquei sabendo – a secretária estava um pouco nervosa – fui a ele, depois fiquei sabendo, e não queria me receber. Disse para secretária: “Como é que esse rapaz vem aqui, final de ano, pedir-me dinheiro. Agora não tem jeito mais... Está fechado o orçamento. Não vou receber”. A secretária, Doutora Nazaré: “Não, Frederico, recebe o rapaz e fala que não pode”. Quando eu ingressei, levando um presente para ele comprado do meu bolso, uma caneta de ouro com dedicatória e tudo, ele me abraçou, chorou – veja que era um homem sensível – e falou: “Nívio, eu já liberei aqui milhões e milhões para políticos; nunca veio um aqui me agradecer. O (dinheiro) que eu liberei para você é ‘poqueira’, é coisa pequena”. Eu falei, “para mim foi muito grande”. Ele: “Mas eu não queria lhe receber, rapaz. Pensei que você estava atrás

de dinheiro e você veio me agradecer.” Eu guardei isso, e guardo, na minha memória até hoje.

### **Desembargador Natanael Caetano Fernandes**

Doutor Nívio, a sua experiência no Tribunal foi muito rica porque ocupou tantos cargos importantes, inclusive na Associação dos Magistrados, foi Presidente... A sua experiência, a sua vivência no Judiciário, nos problemas do Judiciário, autoriza-o, sem nenhuma dúvida, a transmitir uma mensagem aos nossos magistrados que estão iniciando a carreira, ou que já estão em plena atividade de 1º Grau. O quê o ilustre colega teria a dizer, a recomendar aos colegas novos, para efeito de sucesso no exercício da judicatura?

### **Desembargador Nívio Geraldo Gonçalves**

Desembargador Natanael, inicialmente, quero dizer que ingressar na magistratura é uma felicidade imensurável. Eu acho que só um ser supremo é capaz de nos orientar, esquecendo o dinheiro – porque a magistratura é mal remunerada – a ingressar nos nossos tribunais, nos tribunais de nosso país.

Eu sempre digo nas palestras que tive a oportunidade de dirigir aos juízes substitutos, inclusive em uma delas por convite da nossa Desembargadora Carmelita, sempre disse aos juízes para estudarem, para praticarem o bom direito, para jamais atender pedido de quem quer que seja, inclusive dos Desembargadores porque, quando um Desembargador pede a um juiz substituto o mérito de uma ação, esse Desembargador é o primeiro a desconfiar desse magistrado e com razão. Eu sempre disse aos nossos magistrados, quando tive poucas oportunidades de me dirigir a eles, que a magis-

---

**7** Frederico Augusto Bastos, Secretário de Orçamento Federal entre abril/1979 e março/1985. Foi conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal entre março/1985 e junho/2000, mês de seu falecimento.

tratura é algo sagrado. Nós podemos ter todos os defeitos lá fora, mas aqui temos de ser corretos, honestos, estudiosos; (temos de) julgar com o bom direito, claro, fornecendo um pouco de calor humano ao texto frio da lei, mas sempre aplicando o bom direito. Eu me lembro, Desembargador, com essa sua pergunta, de assistir a um caso em que um senhor que era amasiado (com uma mulher) e mantinha relações com a filha dessa mulher. Chegou as nossas mãos e ele confessou tudo, inclusive que usava ambas várias vezes por dia e tudo... Eu tinha achado muito grave o estupro da menor... Mesmo assim eu entendi por bem fazer o que o advogado não fez: submetê-lo a uma perícia. Acho que é obrigação do magistrado aplicar o bom direito, não estamos aqui só para condenar, só para absolver. Veio a perícia médica, três médicos, dizendo que ele tinha priapismo. Então, deixei de condená-lo. Suspendi o processo na época, ele foi tratado por um ano, ou quase dois, e soube – não sei se até hoje – que ele reintegrou-se à sociedade. Então, em síntese, é isso, acho que o juiz tem de ser correto, aplicar sempre o bom direito, não interessa quem seja o beneficiado do problema.

### **Desembargador Natanael Caetano Fernandes**

Perfeitamente, Doutor. Acho que o ilustre colega trouxe a esse programa de entrevistas uma série considerável de experiências, que estão hoje registradas de sua atuação como magistrado, que sem nenhuma dúvida está enriquecendo este acervo que estamos trabalhando para tornar cada vez mais rico. Foi um prazer muito grande ouvi-lo. Grande

parte das experiências – eu sou testemunhas delas – eu as conheci. Mas como a sua palavra aqui não se dirige a mim, não se dirige à Comissão, mas à memória do Tribunal, estou convencido de que essa memória hoje ficou mais enriquecida, como sempre foram todos os locais em que o justo colega passou, deixando mais enriquecido aquele lugar do qual saiu. Assim é a entrevista, entre aspas, que o colega está prestando a esta Comissão: está enriquecendo a memória do Tribunal. Eu quero agradecer muito a participação do ilustre amigo, a forma como se dispôs a vir aqui, por trazer sua experiência, por registrar a sua história. Muito agradecido por tudo e o ilustre colega fique à vontade para dizer alguma coisa que por acaso tenha deixado esquecido, se for o caso.

### **Desembargador Nívio Geraldo Gonçalves**

Quero apenas cumprimentar Vossa Excelência, agradecer. (quero) Cumprimentar a Desembargadora Carmelita que está desenvolvendo um trabalho muito bom a frente da 1ª Vice-Presidência, trabalho esse por todos reconhecidos, aliás, esperado por ser uma mulher competente, digna, honesta, culta. (quero) Dizer que, não obstante ter deixado a advocacia de 11 anos em minha terra Montes Claros, minha terra de coração porque nasci em Rio Pardo de Minas, não me arrependo. Para que Vossa Excelência tenha uma idéia, ingressei na magistratura em Brasília, ganhando praticamente a metade do que eu ganhava na Associação Comercial, na Prefeitura Municipal, como Procurador Geral, e na Faculdade de Direito. Mas não me arrependo. Acho que foi um passo acertadíssimo na minha existência. Não passa pela minha cabeça nenhuma dúvida de que abracei essa carreira maravilhosa da magistratura na época em que deveria realmente

abraçá-la e foi uma honra está com Vossa Excelência e com minha querida Desembargadora Carmelita Brasil.

**Desembargador Natanael Caetano Fernandes**

Muito obrigado a Vossa Excelência pela entrevista e, como disse, a memória do Tribunal ficou mais enriquecida.

**Desembargador Nívio Geraldo Gonçalves**

Isso é bondade de Vossa Excelência!

**Desembargador Natanael Caetano Fernandes**

Muito obrigado.

◀fim▶



**DATA DA ENTREVISTA**

17/08/2014

**LOCAL**

Brasília

**ENTREVISTADO**

Desembargador Nívio Geraldo Gonçalves

**ENTREVISTADOR**

Desembargador Natanael Caetano Fernandes

**TRANSCRIÇÃO**

Patrícia Rodrigues de Sousa – SERAMI

**REVISÃO**

Iêda Oliveira de Araújo Alves – SERAMI

**PROJETO GRÁFICO**

Diego Vilani Morosino – ACS

**DIAGRAMAÇÃO**

Roberta Bontempo Lima – ACS



PROGRAMA  
**HISTÓRIA  
ORAL**

---

DESEMBARGADOR NÍVIO  
GERALDO GONÇALVES

**SERAMI**

Serviço de Apoio à  
Memória Institucional

**SEGD**

Secretaria de Gestão  
Documental

**GPVP**

Gabinete da Primeira  
Vice-Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO DISTRITO FEDERAL  
E DOS TERRITÓRIOS

**TJDFT**